

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 14/Dez



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2688/2021



BAHIA

SINDICATO CONVOCA ASSEMBLEIAS: PARA TRATAR E DECIDIR SOBRE A LUTA PELO REAJUSTE SALARIAL, PAUTA DE 2022 E CONTRAPROPOSTA PATRONAL

CLASSE ARMADA
...DE UNIÃO, CONSCIÊNCIA E LUTA

SINDVIGILANTES BA

NEGOCIAÇÃO COLETIVA 2021
CONTRAPROPOSTA PATRONAL:

- **RETIRAR DO SALÁRIO DO VIGILANTE R\$ 2.530,25 POR ANO.**

PATRÕES DA BAHIA, OS PIORES!

0% **ZERO REAJUSTE**
e agora?

Imagem retirada da internet

VIGILANTES DE LUTA, SEM PELEGO, SEM PATRÃO!

@SINDVIGILANTESBAHIA

Para a próxima sexta-feira (17) e sábado (18) toda a categoria esta convocada para participar das Assembleias em Salvador e outras cidades do Estado. Vamos tratar e decidir sobre:

- **A LUTA PELO REAJUSTE SALARIAL** •
- **A PAUTA PARA 2022** •

E A CONTRAPROPOSTA APRESENTADA NESTA SEMANA PELO SINDICATO PATRONAL

Boa hora de “dá um tempo” na rede social e ajudar diretamente no encaminhamento da luta. No interior, se informe sobre datas e

locais das Assembleias. São nossas conquistas, nossos direitos, nossa sobrevivência que está em jogo. Todas e todos presentes!

ASSEMBLEIA DOS VIGILANTES PARA TRATAR DE SALARIO, CONQUISTAS E DIREITOS EM SALVADOR: 17 E 18/12/2021 – SEXTA E SABADO SEMPRE ÀS 08H30 LOCAL – COLEGIO SAGRADO – AV. JOANA ANGELICA, 1380, NAZARÉ (Prox. Bompreço Fonte Nova).

FONTE: SINDVIGILANTES BA

VIGILANTES JAVA – PAGAMENTO PROCESSO: PORQUE TAMBEM É NATAL:

PAGAMENTO DE PROCESSO



**«QUEM NÃO LUTA PELOS SEUS
DIREITOS NÃO É DIGNO DELES»
RUI BARBOSA**

- DOS 849, MAIS DE 150 JÁ RECEBERAM;
- NESTA SEMANA SINDICATO INICIA O REPASSE PARA COLEGAS DO INTERIOR;
- PARA QUEM NÃO AINDA NÃO COMPARECEU PARA RECEBER SEUS CRÉDITO NA CAPITAL.

Entramos na segunda semana da mobilização dos colegas Java ou ex-Java para receberem os cheques conquistados na luta do Sindicato.

No último sábado mais de 150 colegas compareceram ao Colégio Sagrado e receberam seus cheques com valores variando entre 476 a mais de 4.000 reais (processo de resíduo de periculosidade, multa de férias e multa rescisória, etc.).

É o esforço da direção do Sindvigilantes/BA e dos seus Advogados para buscar os direitos dos Vigilantes, “sem arrego”, sem medo.

Se em anos anteriores o Sindicato fez um Natal foi melhor para Vigilantes de outras empresas (Servis, Prosegur, Estrela, etc.), neste ano é a vez de 849 colegas Java ou ex-Java.

Tudo isto é fruto da luta combativa e incansável de lideranças sindicais que buscam o direito e o melhor para a categoria e de uma categoria que tem fé na luta e no seu Sindicato.

SEMANA DO PESSOAL DO INTERIOR – Se na

semana passada a prioridade foi o Vigilante Sindicalizado, nesta semana o foco será atender o colega sindicalizado do interior. Portanto, se você está na lista, fique ligado:

- Fale com o Sindicato e informe um e-mail;
- Receba e baixe o recibo, preenche, anotando o numero da conta bancária e devolva com copia dos documentos (RG, CPF, nº PIS, Prova de Residencia e CTPS – pagaina da foto, verso e pagina do contrato de trabalho Java)

PARA QUEM É DA CAPITAL E AINDA NÃO COMPARECEU:

- Compareça no Sindicato das 08 às 12h, se segunda a sexta-feira.
- Sindicalizado terá atendimento prioritário;
- Não Sindicalizado leva os documentos (os mesmos acima em original e copia) e o Sindicato avisará o dia da retirada do cheque.

Confira as listas dos 849 contemplados (seja já recebeu sábado passado (11), desconsidere seu nome) no site da entidade.

FONTE: SINDVIGILANTES BA

Justiça reconhece aposentadoria especial a vigia noturno

INSS pagará benefício independentemente do trânsito em julgado.

Aposentadoria foi negada por falta de tempo de contribuição.



Vigia noturno consegue aposentadoria especial. (Imagem: PxHere)

A Justiça reconheceu atividade especial de um vigia noturno e determinou que INSS conceda benefício por tempo de serviço. Decisão é do juiz Federal Felipe Benichio Teixeira, do Juizado Especial Federal da 3ª região. Ele deferiu liminar para determinar o pagamento independentemente do trânsito em julgado de ação

AO autor tem 59 anos e pretendeu a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, mediante o reconhecimento do exercício de atividade especial. Administrativamente, o pedido foi indeferido por falta de tempo de contribuição.

Em análise do caso, o juiz considerou o exercício da atividade de “vigia noturno”, “vigilante” e “guarda patrimonial” em alguns dos períodos apontados, demonstrados a partir de anotação em CTPS, nos quais ele inclusive portava arma de fogo, “o que é suficiente para demonstrar a permanente exposição do autor à atividade nociva que colocasse em risco sua integridade física”.

Em outros, considerou-se que não pode ser reconhecido como especial porque não há anotação em carteira ou outros documentos

para comprovação, ou porque não ficou demonstrada exposição do autor a agentes nocivos.

Pelo exposto, julgou parcialmente procedentes os pedidos para reconhecer e averbar atividade especial em determinados períodos, bem como conceder o benefício de aposentadoria por tempo de serviço; e ainda pagar os atrasados.

Ao final, concedeu tutela de urgência para que o INSS conceda o benefício da aposentadoria, independentemente do trânsito em julgado.

O escritório Gimenes & Gonçalves Sociedade de Advogados representa o autor.

Processo: 0073069-23.2021.4.03.6301

FONTE: MIGALHAS

Pensão por mortes aumenta 70% em nove meses e deve crescer mais

De janeiro a setembro aumentou em 70% o número de pensões por mortes, em comparação com o mesmo período de 2020. Para especialista, índice pode ser maior, mas com benefícios menores



MARCELLO CASAL JR / AGÊNCIA BRASIL

Subiu de 273.742 para 462.373 o número de pensões por mortes pagas pela Previdência Social entre janeiro e setembro de 2021 em comparação com o mesmo período de 2020. O aumento é de 70%.

Apesar do governo dizer que ainda não tem elementos para relacionar este aumento às mortes em consequência da Covid-19 e que a provável causa é o envelhecimento da população, o pesquisador da Universidade de Brasília (UnB), Remígio Todeschini afirma que esses números têm tudo a ver com a pandemia do novo coronavírus.

O pesquisador fez uma projeção que considera simples: metade da população brasileira tem proteção social da Previdência, se levarmos em consideração os quase 615 mil mortos pela Covid no país, pelo menos 300 mil mortes estão relacionadas a segurados da previdência.

Este número é projetado a partir da análise

da tabela da curva de mortes por idade (pirâmide etária), explica Remígio. Por Covid, cerca de 70% dos mortos tinham mais de 60 anos e os demais 30%, menos de 60 anos de idade. Então muitos dos familiares dos mortos devem receber pensão desde janeiro.

O pesquisador calcula que quando saírem os números do ano inteiro de 2021, as pensões por morte devem ser 251 mil a mais.

Além do alto número de mortes, Todeschini ressalta que a fala do novo secretário de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência, Leonardo Rolim, ao jornal Valor Econômico, de que este salto de pensões requeridas não afetou os gastos do órgão, é fruto da reforma da Previdência de 2019.

“O valor das pensões por morte caíram pelo menos 40% com a reforma do governo Bolsonaro. Hoje o benefício para a viúva ou viúvo é de 60% da aposentadoria que a pessoa teria direito mais 10% para cada filho. Isto fez cair o valor”, afirma o pesquisador.

Outro problema social apontado Todeschini foi a decisão dos médicos peritos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não fazerem exames presenciais no auge da pandemia, o que pode ter provocado um menor número de pensão por morte acidentária.

A falta de perícia fez cair sobremaneira os benefícios de pensão por morte que deveriam ser de 100% da remuneração. Isto pode ser visto nos dados do último Boletim Estatístico da Previdência Social (BEPS). A média da pensão previdenciária foi de R\$1.677,35 em outubro de

2021, enquanto que os poucos casos de pensão acidentária tiveram a média de 2.242,43.

Os segurados perderam 33% de seus benefícios acidentários, segundo o pesquisador, sabendo que boa parte deles decorreu de contágio laboral devido aglomerações e faltas de cuidados nas empresas, e deveria ter sido emitida a Comunicação de Acidentes (CAT).

Segundo ele, médicos que atendem em hospitais não pararam. O mesmo com quem trabalha na indústria, em que 70% de seus trabalhadores continuaram em suas atividades, além dos profissionais de supermercados e farmácias. Esses trabalhadores utilizam transporte público e o contágio entre eles foi maior.

Outra projeção que dá respaldo a análise do pesquisador da UnB é o levantamento feito

junto aos trabalhadores do Petróleo e Químicos, sendo que 60% dos contaminados segundo estudo da UNB/FETQUIM-CUT, contraíram a doença por falta de cuidados das empresas.

Ele lembra que um petroleiro quando vai para uma plataforma, vai de helicóptero, não pega ônibus lotado e ainda assim, o número de mortes e contaminados (60 mortos e mais de 8 mil contaminados) foi grande entre eles, imagine quem sofre com o transporte público.

“Além da perda familiar, do luto, tem questões de ordem social. Essas pessoas que morreram tem história na sociedade, são conhecimentos e cultura que se perdem. É muita falta de sensibilidade deste governo, de num momento como este, não proteger a população”, critica Todeschini.

FONTE: CUT - Rosely Rocha

TST obriga Petrobras a devolver mensalidades retidas da FUP e dos sindicatos

Recursos da FUP e dos sindicatos foram atendidos e luta agora é para anular a declaração de abusividade da greve, bem como as multas de mais de R\$ 3 milhões impostas às entidades



Greve dos petroleiros de 2018

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) condenou a Petrobras a devolver o valor das mensalidades sindicais que foram usurpadas das entidades que representam os petroleiros.

A decisão foi tomada nesta segunda-feira (13)

durante julgamento dos recursos de embargos e declaração feitos pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) e seus sindicatos no processo de Dissídio Coletivo da greve da categoria de maio de 2018,

De acordo com a FUP, de forma arbitrária, a gestão da Petrobras decidiu por conta própria reter o repasse das mensalidades sindicais, sob o argumento de pagamento das multas da greve, mesmo sem o dissídio coletivo ter transitado em julgado e sem qualquer tipo de autorização judicial.

Durante o julgamento, a ministra Kátia Arruda, que será a relatora do dissídio coletivo de greve, lembrou que o Estado Democrático de Direito veda a autotutela, ou seja, a “chamada justiça pelas próprias mãos”, ressaltando que a Petrobras só poderia requerer a retenção dos valores por meio de uma ação de cumprimento na justiça trabalhista e nunca fazer uma execução privada contra as entidades sindicais.

O voto da ministra Kátia Arruda a favor dos recursos interpostos pela FUP e pelos seus sindicatos foi acompanhado pela maioria dos ministros do Tribunal (Maurício Delgado, Vieira de Mello, Aloysio Veiga e Delaíde Miranda), contrariando a posição do ministro Ives Gandra que, mais uma vez, defendeu a gestão da Petrobras, apesar da arbitrariedade cometida pela empresa. Apenas a presidente do TST, Ministra Maria Cristina Peduzzi, seguiu o voto de Ives.

“Objetivo sempre foi tentar inviabilizar a organização sindical”

Para o coordenador geral da FUP, Deyvid Bacelar, a vitória das entidades sindicais nesse julgamento reforça a resistência da categoria e comprova o autoritarismo da gestão da Petrobras, que age conforme o governo de Jair Bolsonaro (PL), atacando e perseguindo os movimentos sociais.

“O objetivo sempre foi criminalizar e inviabilizar a organização sindical petroleira”, afirma o dirigente, complementando que, “apesar das arbitrariedades dos gestores, a

FUP e seus sindicatos jamais se calaram diante das privatizações, dos ataques sucessivos aos direitos dos trabalhadores e da absurda política de preços dos combustíveis, que gera lucros abusivos para os acionistas, às custas da fome e do desemprego de milhões de brasileiros”.

“Continuaremos resistindo ao autoritarismo, ao fascismo e ao desmonte da Petrobras”, resalta Deyvid.

A representação do Ministério Público do Trabalho, que acompanhou o julgamento, recomenda que as multas fixadas nas decisões judiciais não inviabilizem o próprio funcionamento das entidades sindicais.

Quando o TST julgou abusiva a greve dos petroleiros de maio de 1995, impondo sanções e multas altíssimas aos sindicatos, o Comitê de Liberdade Sindical da Organização Internacional do Trabalho (OIT) condenou o descumprimento das Convenções Internacionais e recomendou ao governo brasileiro que tomasse providências. Em função da luta dos petroleiros e da recomendação da OIT, foi concedida anistia aos sindicatos petroleiros.

Próximos passos

Em fevereiro de 2021, a Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do TST, por maioria, acolheu o voto divergente do ministro Ives Gandra: declarou a abusividade da greve de advertência, com prazo determinado de 72h, que a categoria realizou entre os dias 30 e 31 de maio de 2018, contra a política de preços abusivos dos combustíveis; e determinou multa de R\$ 250 mil para a FUP, bem como para cada um dos seus sindicatos.

Após a publicação da decisão de hoje no Diário Oficial, a FUP e os seus sindicatos continuarão recorrendo para anular essa decisão.

Foto: Sindipetro-RS

Fonte: FUP com edição de Marize Muniz – CUT Brasil

Deputado pede que MPF acompanhe “interesses” no Crediamigo do BNB

Caso que envolve troca na presidência do banco e não continuidade de parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que opera carteira de microcrédito urbano há 18 anos pode deixar empresas e empreendedores informais sem acesso aos recursos por “interesses” escusos



O deputado federal Zé Carlos (PT/MA) anunciou em artigo publicado no dia 6/12, no Jornal Pequeno, de São Luiz (MA), que entraria com representação para que o Ministério Público Federal acompanhe o caso que envolve mudanças na presidência do Banco do Nordeste do Brasil e na instituição que vai movimentar os bilhões de reais que, anualmente, são ofertados pelo BNB, por meio do Crediamigo.

No artigo, o deputado observa que “o ‘Crediamigo’, operado pelo BNB desde 1998, é um programa de microcrédito urbano, considerado o maior programa de microcrédito orientado da América Latina” e que “em 2020,

auge da pandemia da Covid-19, esse programa desembolsou mais de R\$ 12 bilhões em crédito e, dessa forma, ajudou a gerar ou a manter mais de 700 mil empregos na região Nordeste, no norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, no Distrito Federal e no Rio de Janeiro”.

O artigo ressalta que “há 18 anos uma OSCIP de nome Instituto Nordeste Cidadania (INEC) operacionaliza o Crediamigo na Região Nordeste” e que, “durante todos esses anos, o programa só cresceu, beneficiando cada vez mais os pequenos trabalhadores, sem que nunca se tenha ouvido falar em qualquer irregularidade na atuação do instituto ou

qualquer escândalo de mau uso ou malversação dos recursos envolvidos”.

Em seu texto, o deputado recorda que, em setembro, “o ex-deputado Valdemar Costa Neto – presidente do PL, atual partido de Bolsonaro – fez um vídeo criticando a operacionalização do ‘Crediamigo’ pelo mencionado instituto INEC” e que “três dias após a divulgação do vídeo, o então presidente do BNB foi substituído e o diretor que o substituiu anunciou que, a partir de 31 de dezembro de 2021, o termo de parceria entre o banco e o INEC não mais seria renovado” e, em seguida, “uma licitação foi

aberta sem que a própria Oscip INEC pudesse dela participar”. As três empresas com interesse na operacionalização foram inabilitadas por não possuírem todas as condições exigidas pelo edital de licitação.

Com a não renovação do contrato com o INEC e a não habilitação de outras instituições para operacionalizar o Crediamigo, a partir de janeiro, quem quiser ter acesso ao crédito para iniciar ou tocar os seus negócios podem ficar sem ter a quem recorrer.

Leia abaixo a íntegra do artigo do deputado Zé Carlos.



ZÉ CARLOS
DEPUTADO FEDERAL

O BNB, O CREDIAMIGO E CERTOS INTERESSES

Sempre que ouço ou leio sobre algum interesse repentino de Bolsonaro por qualquer instituição ou entidade pública aqui do nosso país, algo dentro de mim se agita, como que um presságio de que algo ruim pode acontecer com aquela instituição ou entidade.

Por esses dias, essa agitação dentro de mim tem acontecido forte - como que um “alarme psicológico” - por conta de uma notícia que eu soube recentemente, relacionada ao Banco do Nordeste (BNB) e, mais especificamente, ao “Crediamigo”, um dos programas de crédito desse banco.

O “Crediamigo”, operado pelo BNB desde 1998, é um programa de microcrédito urbano, considerado o maior programa de microcrédito orientado da América Latina. Em 2020, auge da pandemia da Covid-19, esse programa desembolsou mais de R\$ 12 bilhões em crédito e, dessa forma, ajudou a gerar ou a manter mais de 700 mil empregos na região nordeste, no norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, no Distrito Federal e no Rio de Janeiro.

Por meio desse crédito, milhares de pessoas - inclusive trabalhadores do setor informal - tiveram, e outros milhares estão tendo, a chance de abrir ou expandir seus negócios,

uma vez que o banco, para essa linha de empréstimos, não faz as exigências tradicionais que normalmente são feitas por outros bancos.

Fui informado que há 18 anos uma OSCIP de nome Instituto Nordeste Cidadania (INEC) operacionaliza o Crediamigo na Região Nordeste, com amparo na Lei 11.110/2005, que regulamenta a parceria entre instituições financeiras e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Fui informado também que, durante todos esses anos, o programa só cresceu, beneficiando cada vez mais os pequenos trabalhadores, sem que nunca se tenha ouvido falar em qualquer irregularidade na atuação do instituto ou qualquer escândalo de mau uso ou malversação dos recursos envolvidos.

Aliás, segundo folders publicados pelo próprio BNB, o “Crediamigo” é responsável, atualmente, por 52% do lucro líquido do banco.

Ocorre que, no último mês de setembro, o ex-deputado Valdemar Costa Neto – presidente do PL, atual partido de Bolsonaro – fez um vídeo criticando a operacionalização do “Crediamigo” pelo mencionado instituto INEC. Apenas 3 dias após a divulgação do vídeo, o então presidente do BNB

foi substituído e o diretor que o substituiu anunciou que, a partir de 31 de dezembro de 2021, o termo de parceria entre o banco e o INEC não mais seria renovado.

Na sequência das medidas que, ao que tudo indica, atendem aos interesses do presidente do PL, uma licitação foi aberta sem que a própria Oscip INEC pudesse dela participar. Ocorre que as três empresas que se habilitaram ao certame foram inabilitadas por não possuírem todas as condições exigidas pelo edital de licitação.

Em resumo, até o presente momento: 1) O INEC não mais poderá operar o “Crediamigo”, conforme vinha fazendo há 18 anos, porque esse é o desejo do presidente do PL; 2) 2022 está às portas e, a partir de janeiro, milhares de pessoas precisarão de crédito para iniciar ou tocar os seus negócios, sem que se saiba, até agora, quem irá operacionalizar o “Crediamigo”.

Pelo sim, pelo não - e porque continua a soar dentro de mim o “alarme psicológico” de que falei no início deste artigo - irei protocolar, já nesta segunda-feira (06), uma Representação ao Ministério Público Federal, pedindo ao MPF que acompanhe de perto todo esse rebuliço envolvendo o BNB e os bilhões de reais que, anualmente, são ofertados pelo “Crediamigo”.

FONTE: CONTRAF

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF